

**Sede Nacional**

Rua Conde de Redondo, n.º 74 – 3º Andar - 1150-109 Lisboa
Telefone: 21 847 01 19 – Fax: 21 8470156
E-mail: geral@apg-gnr.pt
Site www.apg-gnr.pt

*Membro da Confederação
Europeia de Polícia – EuroCOP*
Organização não Governamental no
Conselho da Europa

Nota à Imprensa**Desbloqueamento das carreiras na GNR****Primeiro-Ministro usa argumentos escusos**

A propósito da **necessidade de realização de obras públicas**, veio o primeiro-ministro afirmar publicamente **que o seu custo comprometeria a verba disponível para o custeamento do desbloqueamento de algumas carreiras especiais, entre as quais, a dos profissionais da GNR.**

Este tipo de raciocínio só não é risível porque estão em causa questões de justiça, equidade com os demais funcionários públicos e do direito a uma carreira digna de profissionais que têm por missão garantir a segurança Nacional e de todos os cidadãos de um país. Nestas declarações estava em causa a requalificação do IP3, que se tem revelado urgente.

O que se pretenderá transmitir é que a segurança dos automobilistas que circulam nesta via depende de uma discriminação absurda e inadmissível dos profissionais da GNR e que, se estes virem a sua carreira desbloqueada e a contabilização do tempo de serviço regularizada, continuarão a morrer cidadãos no IP3. **Esta é uma comparação que a APG/GNR considera completamente desajustada e ofensiva, mostrando um travestir de responsabilidades que competem ao governo, devendo este ser coerente em termos de comportamentos sociais e no cumprimento das leis a que se comprometeu na elaboração do OE para 2018**, onde deveria ser o primeiro a fazer desse comprometimento o próprio cumprimento.

Ainda, poder-se-á interpretar que **apesar de a APG/GNR ter uma reunião agendada com a Tutela, precisamente para negociar esta matéria, todos os dados estão lançados à partida**, o que não seria transparente nem honesto.

A APG/GNR pode dar alguns exemplos acerca de solvência de contas públicas as quais não deveriam nunca servir para o financiamento de bancos privados, que se desmoronam devido a atitudes criminosas, sem que entidades competentes os fiscalizem em tempo oportuno. Em nenhum outro sector da nossa sociedade as “falências” são tratadas desta forma, com apoios quase a fundo perdido.

Garantir a concretização de obras públicas urgentes e o cumprimento do que está definido no Orçamento de Estado a propósito de desbloqueamento das carreiras e da contabilização do tempo de serviço são responsabilidades às quais o Governo não se pode escusar, sendo desde já certo que, no que lhes diz respeito, os profissionais da GNR não permitirão que isso suceda, porque estes profissionais a quem é pedido em cada início de serviço diário que acudam a todas as frentes no que respeita à sua missão, já estão no limite da capacidade de **não se sentirem profissionais respeitados e valorizados** numa prestação profissional para a qual fizeram um juramento, e como **“quem não se sente não é filho de boa gente”, a desmotivação não faz os homens e mulheres da GNR virarem as costas à missão, mas muito menos à vontade de lutar por direitos expressos, podendo sim virar costas a quem deveria ter a boa-fé de a mandar executar.**

A APG/GNR desde já exorta todos os partidos com assento parlamentar a intervirem no sentido de ser reclamado o cumprimento da Lei, reclamando um tratamento justo e equitativo para as carreiras dos profissionais da GNR.

Lisboa, 4 de Julho de 2018

A Direcção Nacional